



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Subchefia de Articulação e Monitoramento
Subchefia Adjunta de Política Econômica

Memória de Reunião Nº 9/2021/SAECO/SAM/CC/PR

Data: 01/02/2021

Horário: 16h30 às 17h30.

Local: Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 97

Participantes: Casa Civil: Heitor Freire de Abreu, Ronaldo Navarro, Edna Cesetti, Nilton Naretto (SAM), Bruno Grossi (SERG); Robson Crepaldi (SE); Ministério da Saúde: Élcio Franco (Secretário- Executivo), Arionaldo Rosendo (SPO); Ministério da Economia: Márcio Oliveira (SOF), Ana Paula (PGFN).

Pauta: Recursos Orçamentários para Ministério da Saúde

Memória

Ministério da Saúde (MS)

- Recursos orçamentários e desembolsos para enfrentamento à Covid-19 foram assegurados até o final de 2020, mas a pandemia persistiu por muito mais tempo do que se previa, e o Ministério da Saúde precisa de recursos para seguir atuando. Em 2021, o MS já transferiu R\$ 864 milhões para Estados e Municípios, e o Ministério da Defesa tem ajudado com o transporte de oxigênio e a remoção de pacientes.
- Para 2021, o Ministério da Saúde não solicitou recursos adicionais na LOA porque havia limite de gasto. Além disso, mesmo para o orçamento disponível, não há disponibilidade financeira. As demandas de gastos continuam a surgir, e é muito difícil estimar necessidade futura de leitos, medicamentos, oxigênio etc, e, portanto, necessidade de recursos. Há a promessa de reajuste em 2021 da bolsa paga aos 55 mil médicos residentes (em 2020, receberam um abono temporário) e despesas previstas com o programa Mais Médicos, além de transferências para o Hospital Sarah Kubitschek e para três unidades de saúde localizadas no Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde não dispõe de folga no orçamento ordinário.
- A despeito da incerteza quanto à necessidade futura de gastos, o Ministério da Saúde calculou uma estimativa de necessidade de recursos orçamentários extraordinários de R\$ 5,2 bilhões para o horizonte de tempo de 6 meses, tempo estimado para prevalência dos efeitos positivos de imunização decorrentes da vacinação. Uma memória de cálculo foi elaborada.
- A solicitação de recursos foi enviada ao Ministério da Economia, no entanto, a SOF solicitou a apresentação de uma proposta de gastos previstos muito detalhada,

município a município, despesa a despesa, o que é muito complexo. O Ministério da Saúde registra sim com detalhe todos os gastos executados, todos os repasses fundo a fundo para cada ente federativo. E divulga tais gastos de maneira transparente e tempestiva.

- O Ministério da Saúde pergunta o que precisa ser feito para que a solicitação de recursos avance e seja aprovada.

Ministério da Economia (SOF)

- O Ministério da Economia recebeu o Ofício MS com o pleito de recursos extraordinários, está sensível ao assunto e buscará superar os desafios impostos pela restrição fiscal e pelos órgãos de controle.
- Em 2020, o governo federal abriu 43 créditos orçamentários extraordinários, contra uma média histórica de 3 a 4 por ano, porém havia a exigência de que os recursos fossem utilizados até o fim daquele ano. O TCU questionou a situação, e fiscalizou também as dotações ordinárias, partindo da perspectiva de que o correto seria utilizar primeiro os recursos ordinários para somente então solicitar recursos extraordinários. Contudo, o Decreto Legislativo nº 06 (calamidade pública) e, por consequência, o orçamento de guerra apaziguaram a questão.
- Para 2021, voltam a prevalecer as regras fiscais usuais, e, após manifestação do TCU, foi permitida a inscrição de restos a pagar para a utilização dos recursos liberados em 2020. Além disso, houve a reabertura de crédito extraordinário (MP 1015/20 – vacinas).
- O encaminhamento da solicitação de recursos do Ministério da Saúde exige superar algumas dificuldades: o orçamento 2021 (LOA) ainda não está aprovado pelo Congresso, existe verificação rigorosa do TCU e se exige edição de Medida Provisória. Ademais, há preocupação de evitar um possível empocamento de recursos nos entes federativos. O detalhamento de informações solicitado pelo ME ao MS, para além do necessário à proposição da MP, corresponde ao conjunto de informações que o TCU costuma solicitar, mas é opcional. Nesse contexto, o ME estuda formatos de disponibilização de recursos alternativos ao que foi praticado ao longo de 2020.

Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil - SERG/CC/PR

- É importante aguardar o retorno do debate da LOA 2021 no Congresso. Sugere-se estudar o remanejamento orçamentário dos recursos disponíveis, em especial os recursos de emendas parlamentares alocados em ações não prioritárias. Também é necessário evitar problemas passados de devolução de créditos extraordinários. Sugere-se estabelecer uma nova programação orçamentária para as despesas 2021, mais enxuta, com outras ações orçamentárias. Sugere alocar as despesas de transporte no orçamento do Ministério da Defesa e da EBSERH no orçamento do Ministério da Educação.
- A demanda do Ministério da Saúde deverá ser trazida para deliberação da JEO. Houve reunião da JEO na data de 29/01/2021, mas a demanda não foi apresentada para tomada de decisão. É desejável trazer as demandas de recursos orçamentários até o dia 10 de cada mês para que possa ser incluída na pauta de assuntos da JEO.

Encaminhamentos

- Ministério da Saúde: enviar as informações complementares e a memória de cálculo ao ME, subdividindo os recursos entre Saúde, Defesa e Educação, para que sejam feitas justificativas específicas.

- Ministério da Economia: com base nas informações recebidas, propor abertura de créditos extraordinários à JEO, e a MP correspondente.

NILTON DE ALMEIDA NARETTO



Documento assinado eletronicamente por **Nilton de Almeida Naretto**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 24/02/2021, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2406505** e o código CRC **CC90B6A0** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00042.000343/2020-30

SEI nº 2406505

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 412 -- Telefone: 61-3411-1212/1222

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>